

Vidas Despedaçadas

um caso para rígidos controles internacionais de armas

As armas estão fora de controle

As armas matam, em média, mais de meio milhão de homens, mulheres e crianças a cada ano. Outros milhares são mutilados, torturados ou forçados a fugir de suas casas. A proliferação sem controle de armas fomenta violações de direitos humanos, aumenta o número de conflitos e intensifica a miséria. Agora é hora dos líderes mundiais tomarem uma atitude.

Para confrontar esta crise, a Oxfam, a Amnesty International e a IANSA – International Action Network on Small Arms (Rede Internacional de Ação para Armas de Pequeno Porte), lançaram em conjunto uma campanha internacional por controles eficientes de armas para aumentar a segurança das pessoas em relação à ameaça da violência armada.

Você pode nos ajudar a acabar com este abuso hediondo. Visite www.controlarms.org e participe da maior e mais eficaz petição visual do mundo.

Cópias deste sumário e da íntegra do relatório podem ser baixadas através do site em www.controlarms.org

Uma versão impressa da íntegra do relatório está disponível na

Seção Reino Unido da Amnesty International (email info@amnesty.org.uk) e na Oxfam GB (email oxfam@oxfam.org.uk)

© Amnesty International and Oxfam International 2003
www.controlarms.org

controle de armas



Vidas Despedaçadas

um caso para rígidos controles internacionais de armas

Sumário



controle de armas



“Eles dizem que estão procurando rebeldes, mas é o povo que acaba sendo sempre o alvo.”

Estudante de 26 anos, Aceh, Indonésia, 2003

“Em suas deliberações, queiram lembrar-se de meu filho Matthew e de todas as crianças e jovens que morreram ou foram feridos e traumatizados em todo este mundo. Lembrem-se de que foi negado a eles o direito básico de viver suas vidas.,”

Mary Leigh Blek, presidente da Million Mom March (Marcha das Mil Mães), EUA, discurso na Conferência da ONU sobre armas de pequeno porte, 2001

“Eles [os paramilitares] começaram a nos molestar, pressionando-nos para que déssemos informações sobre os guerrilheiros. Quando vamos para a cidade, para comprar suprimentos, os paramilitares nos acusam de estarmos fazendo compras para os guerrilheiros. Os guerrilheiros passam por essa região há anos. Nós não andamos armados. Só queremos tratar das nossas plantações, de nossos animais, cuidar do rio e da floresta.,”

Marcos, de uma comunidade rural em Urabá, Colômbia

As armas fomentam a pobreza e o sofrimento

Todo dia, milhões de homens, mulheres e crianças vivem com medo da violência armada. A cada minuto, um deles morre. Dos grupos armados do Rio de Janeiro e de Los Angeles às guerras civis da Libéria e da Indonésia, as armas estão fora de controle.

A proliferação descontrolada e o mau uso de armas por forças dos governos e grupos armados cobra um altíssimo preço em vidas, meios de subsistência e oportunidades perdidas de escapar da pobreza. Os países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da América Latina gastam em média US\$22 bilhões por ano em armas – uma quantia que poderia permitir que os mesmos países cumprissem suas Metas de Desenvolvimento do Milênio em termos de educação primária universal (estima-se que para isso seriam necessários 10 bilhões de dólares por ano), bem como de redução da mortalidade infantil e materna (estima-se que seriam necessários 12 bilhões de dólares por ano).

Todos os dias, em nosso trabalho pelo mundo, a Oxfam e a Amnesty International são testemunhas do abuso de armas que fomenta conflitos, miséria e violações de direitos humanos.

República Democrática do Congo (RDC)

Mais de três milhões de civis foram mortos ou morreram de fome e doença em consequência do conflito na RDC (antigo Zaire) desde agosto de 1998. Esse conflito tem se caracterizado por assassinatos ilegais, tortura, e estupro de civis cometidos pelas forças de todas as partes envolvidas. Apesar desse rol de tragédias humanas, muitos países continuam enviando armas à RDC. O antigo governo zairense recebeu armas de muitos países, incluindo Bélgica, China, França, Alemanha, Israel, Espanha, Reino Unido e EUA. Também já foram usadas no conflito armas leves e equipamento militar entregues pela Albânia, China, Egito, Israel, Romênia, Eslováquia, África do Sul e outros países aos governos de Ruanda, Uganda e Zimbábue.

Em novembro de 2001, nos arredores de Kisangani, cenário de intensos combates que envolveram a morte de muitos civis,

a Amnesty International encontrou provas do fornecimento militar de outros países na forma de cartuchos de munição para as seguintes armas: metralhadoras pesadas da Coreia do Norte, China e Rússia, revólveres russos, fuzis automáticos da África do Sul, armamento anti-aéreo chinês e lança-granadas automáticos da Rússia, Bulgária e Eslováquia.

As rotas e métodos de entrega variam. Pilotos britânicos e empresas aéreas de transporte de carga não estão proibidos pelo governo do Reino Unido de fornecer armamentos de outros países para as forças armadas na RDC responsáveis por inúmeros abusos contra os direitos humanos. Além disso, entre 1993 e 1998, um período em que aumentaram rapidamente os conflitos violentos e as graves violações de direitos humanos, a Itália exportou armas, munição e explosivos no valor de quase US\$10 milhões para a RDC.

As armas estão fora de controle

Camila Magalhães Lima, de 16 anos, perdeu o movimento de suas pernas em 1998 quando, voltando para casa a pé da escola, foi atingida por uma bala perdida em um tiroteio entre ladrões e seguranças particulares.

“Eu tinha planos para o futuro; queria viajar pelo mundo, fazer um curso de modelo e continuar meu treinamento na ginástica. De um dia para o outro, meus sonhos se despedaçaram – tudo por causa da irresponsabilidade dos homens supostamente civilizados que só se sentem corajosos com um revólver nas mãos.”



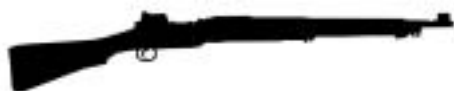
Foto: Thiago Quiroga/Viva Rio

O impacto da proliferação generalizada e do mau uso de armas é, hoje, crítico. A “guerra contra o terror” deveria ter focado a vontade política de evitar que armas caíssem em mãos erradas. Em vez disso, desde os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, alguns fornecedores relaxaram seus métodos de controle para que pudessem armar novos aliados contra o “terrorismo”, sem levar em consideração o desrespeito desses aliados pelos direitos humanos e pelas leis humanitárias internacionais. Apesar dos danos que causam, ainda não há uma legislação internacional abrangente, a que todos se submetam, para controlar a exportação de armas convencionais.

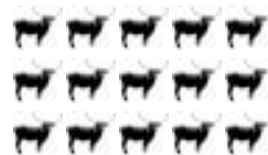
Ao mesmo tempo, assistimos a uma mudança de longo prazo, à medida em que as armas estão se tornando parte integrante da vida – e, portanto, um instrumento cada vez mais comum de morte – em mais comunidades e cidades em todo o mundo. Dos criadores de rebanhos do norte da Uganda aos grupos armados do Rio de Janeiro, o porte e o uso de armamentos cada vez mais letais estão se tornando regra.

Disponibilidade cada vez maior reduz preços de armas no Quênia

1967



1986



2001



Segundo Joshua Katta, chefe pokot em Kolowa, Quênia.

Fonte: Karl Vick, Small arms global reach uproots tribal traditions, Washington Post, 8 de julho de 2001.

“As crianças saem da escola falando de armas. A mentalidade é muito mais cruel agora. Eles não falam sobre dar uma surra uns nos outros. Eles falam sobre matar uns aos outros. O fato é simplesmente que, com uma arma, você é alguém, você se garante. Sem ela, você é um homem morto.”

Indivíduo que trabalhou com jovens no norte de Londres, 2002



Rodrina Faustina, 42 anos, em um campo de refugiados perto de Kuito, Angola.

“Em outubro de 1990, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) veio ao vilarejo, roubando coisas. Tentei fugir, mas me deram um tiro na perna. Recebi primeiros socorros, depois me trouxeram ao hospital aqui em Kuito, e tiveram que amputar minha perna abaixo do joelho... Ir até o rio com um balde de roupa para lavar usando muletas é muito difícil. E também ir cortar lenha para cozinhar, para ajudar meu marido. Lavar roupa, lavar louça, buscar água: todas essas coisas são difíceis.”

A hora de agir é agora

Todos os governos do mundo têm a responsabilidade de controlar armas – tanto o porte delas dentro de suas fronteiras, para proteger seus próprios cidadãos, quanto sua exportação para além de suas fronteiras, para garantir o respeito aos direitos humanos e às leis humanitárias internacionais no âmbito mundial. Os governos mais poderosos do mundo, que também são os maiores fornecedores de armas, têm a maior parcela de responsabilidade pelo controle do comércio global. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – França, Rússia, China, Reino Unido e EUA – respondem, juntos, por 88% da exportação mundial de armas convencionais; e essas exportações contribuem de maneira regular para que ocorram graves violações de direitos humanos.

É urgente o desafio para todos os governos. Eles precisam cooperar para controlar e limitar o fluxo de armas e a expansão de sua produção. No mínimo, os países exportadores de armas não devem fornecê-las em lugares onde há um risco evidente

“A meu ver, esses fabricantes deveriam ser reprimidos. As potências mundiais, Grã-Bretanha, França, EUA e outros, podiam ajudar. As armas não são fabricadas para os animais escondidos no arbusto. Lança-foguetes não são feitos para os animais no arbusto... Vocês as estão fabricando para matar quem? Para me matar e para matar você!”

Peter Rashid, Boajibu, Serra Leoa, 2001

Armando as Filipinas

No final de 2001, os EUA ofereceram ao governo das Filipinas equipamentos militares no valor de mais de US\$100 milhões de dólares – incluindo helicópteros e aviões de transporte e 30.000 fuzis M-16 – para combater diversos grupos armados. As transferências foram acordadas como parte da “guerra contra o terror” do governo dos EUA. O exército americano também forneceu treinamento de contra-insurgência. Esse treinamento não incorpora salvaguardas rígidas para os direitos humanos, e nas Filipinas são fracos os sistemas que levam militares a responder por seus crimes. A consequência é que a assistência militar dos EUA pode exacerbar padrões de violações de direitos humanos, agravando as tensões locais e

prolongando o conflito armado na região central de Mindanao.

Já existe um próspero mercado ilegal de armas de pequeno porte nas Filipinas, e há temores de que a injeção de equipamento militar dos EUA – que inclui armas de pequeno porte – pode contribuir para uma maior proliferação das mesmas. Através de perdas, roubos ou vendas ilegais, munição pertencente às forças do governo filipino vão parar às vezes nas mãos de grupos armados criminosos e políticos. Em Mindanao, por exemplo, mais de 70% da população possui uma ou mais armas. Metralhadoras podem ser compradas por até US\$375,00 e revólveres por apenas US\$15,00. Os homicídios envolvendo armas de pequeno porte chegam a 82% do total.

de serem usadas para cometer violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais. Mas, para usar as palavras de Olive Kobusingye, um cirurgião que atende as vítimas de violência com armas de fogo em Uganda, não é o bastante enxugar o chão ou fechar as torneiras – é preciso lidar tanto com o comércio de armas quanto com a segurança em termos comunitários. Assim, é crucial que as comunidades afetadas por esse tipo de violência cooperem com a remoção de armas letais. Para conseguir isso, mulheres, homens e crianças devem receber proteção de forças legítimas de segurança que respeitem os direitos humanos.

Para os que dizem que nada pode ser feito para controlar o fluxo de armas, a Oxfam e a Amnesty International argumentam que há medidas possíveis. O Tratado de Minas Terrestres de 1997 foi realizado graças a uma combinação de governos ativos e apoio popular mundial. Embora o flagelo das minas terrestres ainda não tenha sido erradicado, nenhum país comercializou abertamente estas armas desde 1997. A mesma combinação de pressão pública e ação de governos solidários é necessária para garantir um Tratado de Comércio de Armas.

Os governos estão agindo com muita lentidão no que se refere ao controle de armas. A Amnesty International e a Oxfam, portanto, propõem ações urgentes e interligadas, do nível comunitário ao nível internacional, para controlar com maior eficácia sua proliferação e seu mau uso.

Ação internacional

Principal objetivo: Os governos são conclamados a chegar a um consenso em torno do Tratado de Comércio de Armas até 2006, para impedir que armas sejam exportadas para localidades onde serão provavelmente usadas para cometer graves violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais.

Em nível internacional, os governos devem:

1. **Adotar o Tratado de Comércio de Armas** até a conferência de revisão sobre armas de pequeno porte da ONU em 2006. Governos progressistas devem defender o Tratado de Comércio de Armas em fóruns internacionais e regionais e fazer seu *lobby* com outros governos, pressionando por ações à parte do processo da ONU se necessário. Uma vez em vigor, este novo tratado com força de lei irá garantir que todos os Estados atuem de acordo com os mesmos padrões, para impedir a transferência irresponsável de armas para onde elas contribuiriam para violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais.
2. **Criar novos instrumentos internacionais para impedir intermediação, transporte e financiamento irresponsáveis de armas, bem como produção licenciada estrangeira**, usando os critérios do Tratado de Comércio de Armas para definir e impedir transferências irresponsáveis.
3. **Fornecer mais financiamento para assistência prática** às comunidades afetadas por armas – especialmente de órgãos doadores em países produtores de armas.

“É como se estivéssemos enxugando o chão com as torneiras abertas. Leva cinco minutos para crivar alguém de balas, mas três horas e uma enorme quantidade de recursos para cuidar de cada pessoa.”

Dr. Olive Kobusingye, cirurgião especializado em traumas, em Uganda, 2001

“A disponibilidade e o mau uso de armas [de pequeno porte e leves] têm um impacto inquestionável sobre a quantidade, o tipo e a gravidade das violações dos direitos humanos e das leis humanitárias internacionais cometidas por atuantes dos Estados ou não.”

Barbara Frey, Relatora Especial da ONU para Armas de Pequeno Porte, 2002

Precisamos fechar a torneira do fornecimento irresponsável de armas...



Ação regional

Principal objetivo: Os governos são conclamados a desenvolver e fortalecer acordos regionais de controle de armas, para garantir o respeito aos direitos humanos e às leis humanitárias internacionais.

Em nível regional, os governos vizinhos devem trabalhar em conjunto para:

1. **Criar ou fortalecer controles regionais de armas**, com base nos direitos humanos e nas leis humanitárias internacionais, contribuindo e servindo de inspiração para o trabalho em nível nacional. Tais controles devem lidar com o fluxo de armas, instituindo medidas eficazes para limitar o fornecimento e diminuir a demanda de armas, e também reduzir a disponibilidade generalizada de armas, em um esforço para aumentar a segurança das comunidades.

A colaboração regional oferece oportunidades para compartilhar informações e experiências, bem como para fortalecer o consenso sobre políticas e programas regionais.

Ação nacional

Principal objetivo: Os governos são conclamados a aumentar a capacidade do Estado de controlar a transferência de armas e sua própria responsabilidade por este controle, e proteger cidadãos da violência armada, em consonância com a legislação e as normas internacionais.

Em nível nacional, cada governo deve agir de maneira responsável para impedir o mau uso de armas:

1. Garantindo o **uso responsável de armas por suas forças de segurança**, baseando-se firmemente nas normas internacionais de direitos humanos e princípios do direito humanitário existentes, requerendo um nível mínimo de treinamento, disciplina e controle. Todos os Estados devem cumprir os Princípios Básicos da ONU para o Uso da Força e de Armas de Fogo por Agentes que Aplicam a Lei, o Código de Conduta da ONU para Agentes de Aplicação da Lei, os Tratados de Genebra e outras normas internacionais relevantes, incorporando suas disposições à lei doméstica em todos os países.
2. **Agindo rapidamente quando acabar um conflito**, para trabalhar com órgãos internacionais na implementação de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de alta qualidade.
3. **Estabelecendo mecanismos independentes para trazer à justiça**, sem demora, os que cometem graves violações de direitos humanos ou das leis humanitárias internacionais, assegurando que tais violações sejam adequadamente punidas e que outros passos sejam tomados para acabar com a impunidade.
4. **Colocando em vigor a legislação existente ou criando nova legislação** para controlar a importação, produção, exportação, trânsito, administração e uso de todas as armas. As normas delineadas no Tratado de Comércio de Armas devem ser usadas ao tomar decisões sobre exportações nacionais de armas, garantindo que os direitos humanos, o direito humanitário internacional e o desenvolvimento sustentável não venham a sofrer sob pressões comerciais.

5. **Garantindo a transparência e a supervisão**, fornecendo informações constantes e relevantes ao público sobre a produção, a posse e a transferência de armas. Estes relatórios devem ser submetidos a revisões constantes pelo Poder Legislativo.
6. **Desenvolvendo e implementando, com a sociedade civil, um plano de ação para o controle estrito de todas as armas**. Um primeiro passo é realizar uma ampla revisão para avaliar problemas de proteção, disponibilidade e mau uso de armas; depois desenvolver soluções e implementar um plano de ação eficaz. Cada estágio deve envolver estreita colaboração com a sociedade civil.

Ação local

Principal objetivo: A sociedade civil e os órgãos locais dos governos são conclamados a tomar providências eficazes para aumentar a segurança no nível comunitário, reduzindo a disponibilidade de armas e sua demanda local.

A segurança das comunidades deve ser aumentada das seguintes maneiras:

1. **Reconstruindo a confiança na possibilidade da segurança não-armada:**
 - ▶ reduzindo a quantidade de armas excedentes e ilegais em circulação – através do estabelecimento de áreas livres de armas, da remoção de armas ilegais que poderiam contribuir para violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais, e da destruição de armas excedentes;
 - ▶ construindo relacionamentos e confiança entre comunidades rivais e entre comunidades e a polícia; esse trabalho deve ser baseado nas normas internacionais de direitos humanos e do direito humanitário;
 - ▶ oferecendo educação cívica sobre segurança comunitária para combater culturas de violência, incluindo o vínculo destrutivo entre as armas e as idéias convencionais de masculinidade;
 - ▶ introduzindo e usando ferramentas de resolução pacífica de conflitos.
2. **Fornecendo assistência** às vítimas da violência armada.
3. **Desenvolvendo meios sustentáveis de vida como alternativa** para os que possam ser dependentes da violência armada para sobreviver.

Até hoje, tem havido uma trágica falta de urgência da parte da maioria dos governos do mundo ao tratar do problema da proliferação de armas. As palavras são muitas, os progressos reais são mínimos. A hora de agir é agora.

A sociedade civil e os governos precisam trabalhar ativa e eficientemente juntos para lidar com o problema das armas em cada um dos níveis – acabando com a origem do fornecimento e solucionando na raiz as causas pelas quais as pessoas possuem armas em ambientes inseguros.

Oxfam, Amnesty International e IANSA, a Rede Internacional para Armas de Pequeno Porte, ou *International Network on Small Arms* (que representa mais de 500 organizações não-governamentais em todo o mundo) estão empenhadas na campanha por um futuro mais seguro para todos nós, através de uma ação vigorosa para reverter os abusos cometidos com armas. Alguns importantes governos já manifestaram seu apoio a este trabalho, e apelamos a outros para que se unam a nós em nosso esforços.



...e drenar a poca das armas sem controle já existentes